



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SENTENÇA

Processo nº: **1003967-31.2016.8.26.0566/01 - Controle nº 2016/000638**
 Classe - Assunto: **Requisição de Pequeno Valor - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Fundo da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**
 Ent. Devedora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Vistos.

Trata-se de expediente de RPV proposto pela **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face do **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, relativo às verbas de sucumbência.

Foi determinada a expedição de ofício requisitório.

Ofício expedido em 18/08/2017.

O executado apresentou comprovante de depósito.

A exequente efetuou o levantamento do montante depositado.

Eis a síntese do necessário.

DECIDO.

O Município comprovou o pagamento das verbas sucumbenciais e a exequente promoveu o levantamento dos valores, não ofertando impugnação quanto ao montante. Assim, considerando a satisfação da obrigação pelo executado, julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço por analogia e com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Expeça-se ofício a DEPRE para providências quanto à extinção do precatório.

Após o trânsito em julgado, providencie a serventia a baixa do presente incidente, arquivando-se, bem como certifique-se no procedimento de cumprimento de sentença a presente decisão.

P.I.

São Carlos, 25 de junho de 2018.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**